

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

MARIA CAROLINE MACEDO DE CARVALHO

**A espetacularização de cadáveres: a musealização de
restos dos cangaceiros no Museu Antropológico
Estácio de Lima**

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

**A espetacularização de cadáveres: a musealização de
restos dos cangaceiros no Museu Antropológico
Estácio de Lima**

Maria Caroline Macedo de Carvalho

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Gestão de Projetos Culturais e
Organização de Eventos.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Marques

São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai, testemunha ocular de tantos capítulos do sertão. Quem me ensina os caminhos, do Nordeste e da vida. Que me apoiou e incentivou toda a minha trajetória.

À minha Mãe, que me apoiou nas muitas noites em claro de estudos, que me mostra diariamente que o amor pode ser oferecido nas atitudes mais simplórias da vida. Meu maior exemplo de dedicação.

Ao meu irmão Robson, primeiramente por ser o meu exemplo e ser a pessoa que colocou pra dentro da nossa casa e do meu coração o grande vício da minha (nossas) vida(s): Os Livros. E com eles, o pensamento crítico e o desejo de sempre querer aprender mais.

Aos meus avós paternos e maternos, que são a ligação mais forte que eu tenho do passado com o presente. Minha raiz. Vô Joaquim (*in memorian*), dono dos olhos azuis mais lindos que eu hei de ver nessa vida. Vô Jacinto (*in memorian*), que eu sei “que tá tocando lá em cima num forró animadíssimo”; Vó Jolvina (*in memorian*), que durante o tempo que estive comigo, do jeitinho dela, me cuidou tão bem e Vó Geracina, o grande amor da minha vida.

Aos meus amigos, que invariavelmente me ajudaram a ver o mundo sempre com múltiplos olhares, que motivam a crer, a seguir meus ideais que me apoiam e me aguentam.

Ao CELACC, pela formação e à Professora Jane Marques, que me ajudou nessa trajetória difícil para tratar de um tema tão sensível.

A ESPETACULARIZAÇÃO DE CADÁVERES: a musealização de restos mortais

dos cangaceiros no Museu Antropológico Estácio de Lima¹

Maria Caroline Macedo de Carvalho²

Resumo: Esse artigo tem como proposição discutir as razões da musealização e da trajetória das cabeças dos cangaceiros expostas no Museu Estácio de Lima, em Salvador, por mais de trinta anos. As cabeças que primeiro foram objeto de estudo científico, baseadas nas teorias de Cesare Lombroso e de Nina Rodrigues, passaram a ser objeto de espetacularização, atraindo ao museu um público diverso que desejava ver de perto os grandes protagonistas da história do sertão do começo do século: Lampião e seu bando. As cabeças simbolizavam o fim definitivo do cangaço e a dominação do inimigo, baseado em teorias do racismo científico para reafirmar a hegemonia e dominação cultural e política.

Palavras-chave: Cangaço. Restos mortais. Lampião. Racismo científico. Musealização.

Abstract: This article proposes to discuss the reasons for the musealization and the trajectory of the cangaceiros' heads in the Museum Estacio de Lima, in Salvador, for more than thirty years. The heads that were the first object of scientific study, based on the theories of Cesare Lombroso and Nina Rodrigues, became object of spectacularization, attracting to the museum a diverse public that wanted to see up close the great protagonists of the sertão's history related to the beginning of the century: Lampião and his pack. The heads symbolized the definitive end of the cangaço and the domination of the enemy, based on theories of scientific racism to reaffirm hegemony and cultural and political domination.

Key words: Cangaço. Deadly remains. Lampião. Scientific Racism. Musealization.

Resumen: Este artículo tiene como proposición discutir las razones de la musealización y de la trayectoria de las cabezas de los cangaceiros expuestos en el Museo Estácio de Lima, en Salvador, por más de treinta años. Las cabezas que primero fueron objeto de estudio científico, basadas en las teorías de Cesare Lombroso y de Nina Rodrigues, pasaron a ser objeto de espectacularización, atrayendo al museo un público diverso que deseaba ver de cerca a los grandes protagonistas de la historia del sertão del comienzo del siglo: Lampião y su cuadrilla. Las cabezas simbolizaban el fin definitivo del cangaço y la dominación del enemigo, basado en teorías del racismo científico para reafirmar la hegemonía y dominación cultural y política.

Palabras clave: Cangaço. Restos mortales. Lampião. Racismo científico. Musealización.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos

² Graduada em Gestão Comercial pela Fatec Ipiranga

1. INTRODUÇÃO

O sertanejo nordestino do início do século XX era facilmente retratado como um sujeito ignorante, fanático, insensível e violento. Em 1931, Graciliano Ramos escreveu:

Para o habitante do litoral o sertanejo é um indivíduo meio selvagem, faminto, esfarrapado, sujo, com um rosário de contas enormes, chapéu de couro e faca de ponta. Falso, preguiçoso, colérico e vingativo. Não tem morada certa, desloca-se do Juazeiro do padre Cícero para o grupo de Lampião, abandona facilmente a mulher e os filhos, bebe cachaça e furta como rato. (RAMOS, 2014, p. 21).

Muito dessa imagem se construiu devido ao fenômeno social do cangaço. As palavras cangaceiro e cangaço, conforme Tavares (2013) derivam de “canga” ou “cangalho”, o jugo de bovinos. Acredita-se que os cangaceiros ganharam essa definição por andarem fortemente armados e carregarem seus rifles nas costas, assim como o gado carregava a sua canga. Julgados por alguns como bandidos, por outros como justiceiros, os cangaceiros são notavelmente figuras de enorme importância para entender o nordeste da época.

Desigualdade social, penosas secas, ausência de atuação do governo, abusos e injustiças sociais perpetradas pelos coronéis e pela polícia. É nesse cenário que surge o cangaço. Manifestação de resistência de uma parcela da população do sertão e do agreste do Brasil, que utiliza da violência como forma de vingança e sobrevivência, praticando roubos, saques e extorsões. Durante os anos de existência do movimento, a notícia de aproximação dos cangaceiros a uma cidade era motivo de pânico.

Segundo Mello (2011), existiam três tipos de cangaço: o cangaço-meio de vida, visto que havia pouca oportunidade para os jovens senão o trabalho no campo, porém a seca e a má distribuição de terras, muitas vezes impossibilitava a garantia de sustento, e os obrigavam a buscar uma alternativa.

Outra tipologia é o cangaço de vingança, já que ocorriam abusos de toda a sorte efetuados pela polícia e por coronéis. Por fim, o cangaço-refúgio, que consistia em homens que buscavam neste meio de vida uma proteção, por serem criminosos ou por estarem sendo procurados por vingadores da região (MELLO, 2011).

Esse fenômeno social teve como líder e representante mais importante, Virgulino Ferreira da Silva, popularmente conhecido como Lampião e sua companheira Maria Gomes de Oliveira, Maria Bonita. Lampião, embora tenha ingressado no bando de cangaceiros em 1916 – muitos anos depois do início do cangaço – logo se destacou e passou a ser conhecido não

apenas dentro da fronteira nacional. Foi patenteado por Padre Cícero como Capitão dos Batalhões Patrióticos, concedeu algumas entrevistas, foi fotografado e filmado. Antes de ser morto já tinha se tornado uma lenda no imaginário popular.

Até que em 28 de julho de 1938, em Alagoas, após anos de esforços das forças policiais, as chamadas volantes, Lampião, Maria Bonita e seu bando foram assassinados e tiveram suas cabeças cortadas. A morte do “Rei do Cangaço” tornou-se ainda mais emblemática, devido a exposição de sua cabeça junto às cabeças de seu bando. Permanecendo por mais de 30 anos expostas no Museu Nina Rodrigues, em Salvador, uma repartição do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, posteriormente chamado Museu Antropológico e Etnográfico Estácio de Lima.

2. OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo analisar as motivações que levaram a exposição das cabeças e a espetacularização da morte de Lampião e seu bando. Para isso, pretende-se explorar a explicação científica dada na época, baseada nos teóricos Cesare Lombroso na perspectiva da medicina legal e antropologia do crime; e Nina Rodrigues nas teorias do “racismo científico”. Além disso, almeja-se também analisar a transformação de um resto mortal mumificado em objeto científico, de museu, a representação deste como troféu e como isso simbolizava o fim definitivo do cangaço. Ademais, como essa exposição e mutilação dos corpos representa uma dupla penalidade ao criminoso é uma forma de reafirmar a hegemonia e dominação cultural e política.

3. JUSTIFICATIVA

O cangaço como um todo, conta com diversos pesquisadores, o primeiro a tratar do banditismo com abordagem social, foi Eric J. Hobsbawm (2017), nas obras *Rebeldes Primitivos* e *Bandidos*, desde então, muito se é pesquisado sobre os costumes e influência dos cangaceiros. Porém, pouco se é falado e pesquisado sobre o destino que foi dado às cabeças do bando, principalmente o tratamento que essas receberam.

Em 1938, quando o Instituto Médico Legal de Maceió recebeu as cabeças, uma minoria dos médicos legistas aderiu às teorias lombrosianas, visto que para a própria época a técnica já se mostrara obsoleta. Cesare Lombroso (1983) foi o criador da antropologia criminal, pensamento que ganhou muita forma no fim do século XIX, que basicamente tratava o delito e o delincente como patologias sociais. Ou seja, pregava que existia um “tipo de humano

criminoso” e este era marcado por uma imperfeição determinante contrastando absolutamente com os “homens civilizados” e, por isso, deveria ser isolado definitivamente.

Em 1920 surge uma nova abordagem do delinquente. Deixa de se pensar que a condição do criminoso é definitiva e que esse deveria ser isolado. Passa-se a priorizar a reintegração e a pedagogia corretiva.

Se as teorias de Lombroso (1835-1909) e de seu discípulo médico e etnólogo Nina Rodrigues (1862-1906) eram consideradas obsoletas em 1938, por que foram aplicadas nas cabeças de Lampião? Essa disparidade revela a sobrevivência da teoria eugênica e organicista, que baseia-se em melhorar a raça humana, para garantir a “raça-pura”, através da mistura seletiva de pessoas, como método para reafirmar o projeto político de pôr fim a qualquer forma de alteridade, principalmente se levarmos em conta que as peças mortuárias ficaram expostas por mais de 30 anos, mesmo com requerimentos constantes da família para que houvesse o sepultamento.

4. METODOLOGIA

A metodologia empregada foi exploratória, qualitativa e consistiu em realizar um levantamento bibliográfico, livros sobre a temática, além de artigos científicos publicados em periódicos; e pesquisa de dados secundários, incluindo documentos e notícias da época.

5. MUSEALIZAÇÃO DE EVENTOS CRÍTICOS

Experiências traumáticas, dramas individuais ou coletivos que resultam rupturas na vida cotidiana são chamados de “evento crítico” (SILVA, 2010).

Após o trauma, numa tentativa de elaborar uma lição para o futuro, a fim de que a experiência do passado não se repita, a narrativa é contada na perspectiva do sofrimento vivenciado, ou seja, no testemunho das dores. Para isso, pode-se usar esses testemunhos para a renovação e ressignificação de lugares, itens ou símbolos, para que esses se tornem sujeitos narrativos na intenção de memorização.

A forma de vivência dos diferentes grupos sociais nas situações de eventos críticos estabelece as relações de pertencimento dos indivíduos com o drama e indicam caminhos para os processos de musealização.

Alguns modelos demonstram que a patrimonialização da dor é possível. Como por exemplo, o Museo de la Memória, em Rosário, na Argentina, que tem como objeto o sofrimento provocado pelo terrorismo do Estado. E o Vietnam Veterans Memorial, em Washington, D.C,

nos Estados Unidos, tem como narrativa a demonstração da dor provocada pelas guerras (SILVA, 2010).

A musealização de traumas e patrimonialização da dor é algo bem recorrente na dinâmica dos museus, visto que essas contribuem para criar e projetar versões específicas sobre fatos, personagens e objetos, selecionando eventos passados de acordo com as estratégias formuladas no presente e impondo a sua própria narrativa, que geralmente não está aberta a interpretações que se diferenciem da imagem que se deseja instituir (BRITTO, 2016).

Logo, o “consumo do trágico” seria a disseminação e super enaltecimento de crenças em torno do “evento crítico”, ou seja, da catástrofe, da dor e/ou da morte. Mas é importante ressaltar que os discursos propagados por esses museus e memoriais não são neutros, e sim, ditados e caracterizados, em sua maioria, pelas elites econômicas e políticas (BRITTO, 2018).

O Brasil como detentor de muitas memórias sensíveis, possui diversos acervos que demonstram seus “eventos críticos” seja por intermédio da história, da ciência ou da etnologia, como é o caso do Museu Estácio de Lima.

5.1 Museu Estácio de Lima

A trajetória do Museu Estácio de Lima, se inicia em 1901, quando o Professor Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) reúne coleções de Antropologia Criminal, Antropologia Cultural e Anatomia Patológica para formar o acervo (PATO, 2017). O Museu, que pouco tempo depois passou a ser conhecido como Museu Nina Rodrigues era subordinado à Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia e ao Governo do Estado (SERRA, 2006).

Nina Rodrigues, psiquiatra, etnólogo, foi médico legista e professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Foi grande discípulo e tradutor de Cesare Lombroso (1835-1909). Conhecido atualmente pelo seu pensamento racista, eugenista e conservador, Nina buscou, entre outras coisas, demonstrar “O problema negro no Brasil” (SCHAWARCZ, 1993). Para ele, os mestiços estariam mais predispostos à loucura, à criminalidade, e a outros “estigmas” próprios de seu grupo racial.

Em 1894, Nina Rodrigues publicou o livro “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, propondo que houvesse um código penal, para brancos e outro para negros, e cada um fosse adequado aos “graus de evolução de cada grupo” (SCHWARZ; STARLING, 2015)

Nesse contexto de pensamento eugenista, o Museu é formado no intuito de pensar um lugar para a investigação do comportamento humano pelo viés da medicina legal e das fundamentações das teorias raciais da época (PATO, 2017).

O conceito de museu de antropologia criminal existia na Europa desde a segunda metade do século XIX: ela permitia que os criminólogos, antropólogos e médicos-legistas reunissem, num mesmo espaço, peças anatômicas, fragmentos de corpos, moldagens e “objetos exóticos”, convertendo-os em objetos de curiosidade pública. A representação do corpo ou de fragmentos do corpo do desajustado, do alienado ou do indivíduo dotado de uma conformação anatômica monstruosa dava outra legitimidade à investigação do pesquisador, que doravante não se limitava a estudá-los no recinto estreito do instituto médico-legal. O próprio Lombroso fundou um museu de antropologia criminal ligado ao Instituto Médico-Legal de Turim. (JASMIN, 2016, p.334)

Estácio de Lima foi discípulo de Nina e dirigiu por um longo período o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, declarou:

“Nina amava aquilo tudo, a Faculdade de Medicina da Bahia e mais o seu pequenino Museu de Antropologia Criminal, em formação. Algumas coisas inestimáveis ali estavam, inclusive, sabidamente, caveiras de delinquentes famigerados, o crânio de Lucas da Feira e a própria cabeça do pobre e malsinado Antonio Conselheiro, trazida de Canudos por um Pondé ilustre, e oferecida ao núcleo do Museu de Antropologia Criminal, criado por Nina. [...]”. (PACHECO, 2007, p. 146)

Em 1905, a Faculdade de Medicina sofre um incêndio e o Museu de Antropologia perde seu acervo (JASMIN, 2016).

Anos depois, já com o nome de Museu Antropológico Estácio de Lima, foi reaberto e em 1958, transferido para o Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, no Complexo de Delegacias, no bairro dos Barris.

O Museu ganha ampla visibilidade quando nos anos 1930, recebe as cabeças de Lampião e seu bando, que ficam em poder do museu até o sepultamento dessas, em 1969.

Além da ação “científica”, o Museu ainda pretendia “reabilitar” ex-cangaceiros, oferecendo para que esses pudessem trabalhar no manuseio das cabeças de seus ex-companheiros.

6. O CANGAÇO

Falar da história do sertão nordestino, sem citar o cangaço é deixar uma enorme lacuna. O cangaço surgiu como um fenômeno social em meio a um contexto de completo abandono por meio do poder público para com a população do sertão brasileiro. Praticamente um ato de rebeldia em resposta às represálias e abusos da polícia e dos latifundiários, além das dificuldades passadas durante os períodos longuíssimos de estiagens. As chances do sertanejo, em sua maioria com baixíssima instrução, de viver de maneira digna ou até mesmo de sobreviver nesse contexto eram poucas. O cangaço em determinado momento, passou a ser um dos poucos meios de sobreviver para o indivíduo morador do sertão do fim do século XIX.

A violência existia no Nordeste muito antes do início do cangaço, a presença do jagunço, indivíduo prestador de serviços aos latifundiários de proteção e segurança, basicamente tinha como função exercer atos de opressão violenta à população dos arredores das fazendas protegidas. Com o surgimento do cangaço podemos perceber uma evolução das atividades dos jagunços, já que estes passavam a agir de maneira independente e em bandos e assim, deixavam de exercer a direta obediência aos coronéis.

Os cangaceiros deveriam deter grande conhecimento geográfico das caatingas, visto que passavam dias se locomovendo, sem dormir, sem comer, percorrendo grandes distâncias a pé, chegando a ultrapassar 100 km/dia, carregando com eles até 40 quilos, de mantimentos, munições e armas. Por isso, era importante que o cangaceiro fosse jovem, possuísse conhecimento das fontes de água existentes no caminho e estivesse disposto a, na maioria das vezes, por intermédio da violência impor um conceito próprio de moral, honra, justiça e religiosidade (PAIVA, 2004).

Mesmo com a constante e dura perseguição das forças policiais de sete estados da Federação (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), esses homens mantiveram sob controle a zona semiárida sertaneja, organizados em grupos, fortemente armados, sob uma cautelosa estratégia de locomoção e ataque, com um sistema interestadual de apoio misturando políticos, fazendeiros, padres e lavradores. (SOARES, 1984).

O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. Nos casos em que uma sociedade tradicional resiste às intromissões e ao avanço histórico de governos centrais e de Estados, nacionais ou estrangeiros, eles podem ser ajudados e apoiados até pelos donos do poder local. É essa relação entre o camponês comum e o rebelde, o

proscrito e o ladrão, que confere interesse e significado ao banditismo social. (HOBSBAWN, 2017 p. 36)

Conforme Hobsbawn (2017), podemos identificar o tripé do banditismo, primeiramente formado pela vingança de sangue, isto é, quando uma família ou indivíduo assassina ou pratica outro ato de violência a fim de honrar uma moral ofendida. Vale a pena ressaltar que no nordeste da época, existia muito forte o pensamento de que “um homem que não se vinga está morto”. Em segundo, o banditismo puro e simples, ou seja, o indivíduo que teve poucas oportunidades na vida e rouba para si. Por último, aquele que “rouba dos ricos e dá para os pobres”, se encaixa no banditismo social, em uma atitude de consciente de protesto. O cangaceirismo é permeado por esses três elementos.

O tipo heroico do cangaceiro do século passado, espécie de Quixote que rebelava contra a ordem para corrigir injustiças, por questões de honra ou desavença política, é uma figura que vai desaparecer completamente. O cangaceiro atual é uma criatura que luta para não morrer de fome. [...] O cangaço antigo, em que surgiram rasgos de cavalheirismo, certamente duvidoso, mas afinal aceitos sem dificuldade e propagados pelos trovadores broncos do interior, era um fenômeno de ordem social; o de hoje, bárbaro, monstruoso, é uma consequência de desorganização econômica. O primeiro deu Jesuíno Brilhante, o segundo produziu Lampião (RAMOS, 2016, p. 52).

O fenômeno do cangaço durou aproximadamente de 1870 a 1940, nesse período, destacaram-se figuras como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Ângelo Roque, Corisco e Jararaca, porém, nenhuma delas ganhou tanta notoriedade como Virgulino Ferreira, o vulgo Lampião (DOMINGUES, 2017).

6.1 A figura de Lampião

Virgulino Ferreira da Silva deixou de ser apenas um homem e passou a ser um mito, ainda em vida. Sua imagem foi construída por narrativas escritas e não escritas, uma ficção coletiva, contada de acordo com as necessidades, convicções e ambições daqueles que o descrevem. Foi uma figura contraditória, homem de negócios que transformou o cangaço em meio de vida, um herói sertanejo que combateu desigualdades e bandido sanguinário. (BARREIRA, 2018).

Contemporâneo do movimento tenentista, esbarrou na Coluna Prestes, conheceu e negociou com o Padre Cícero, tornou-se por ordem do religioso de Juazeiro, capitão do Batalhão Patriótico financiado com verbas do Exército brasileiro, testemunhou a transição da República Velha até o Estado Novo (foi amigo do interventor getulista de Sergipe), apareceu em documentos da Internacional Comunista como modelo de guerrilheiro popular, transformou-

se em inimigo número 1 de um governo que, ao modo autoritário de Getúlio Vargas, pretendia projetar o país no futuro. (BARREIRA, 2018, p.17)

O Rei do Cangaço, como ficou conhecido ainda em vida, tinha 24 anos quando se tornou célebre para a população do sertão. (BARREIRAS, 2018). Ele e seu bando atacavam brutalmente territórios, estupravam mulheres e assassinavam de maneira cruel suas vítimas. Virgulino é a representação completa da alteridade profunda entre o “arcaico” e o “civilizado”, demonstrando o abismo profundo entre dois mundos: o litoral e o sertão.

Mas mesmo sendo fruto da região retrógrada do país, se opondo ao discurso de modernidade com suas táticas particulares de ataque, ele utiliza da “modernidade” para fortalecer sua imagem. Posa para fotos como general, lê e comenta artigos que são dedicados à sua pessoa e concede poucas entrevistas, fazendo de si, uma personalidade requerida e de certa forma rara. (JASMIN, 2016).

Lampião foi biografado em livros ditos como eruditos ainda em vida, feito que poucos brasileiros podem se orgulhar. Sua primeira biografia, intitulada “Lampião, sua história” escrita por Érico de Almeida, foi lançada em 1926, na Paraíba, um livro reportagem, que narrava os acontecidos praticamente em tempo real. E, em 1934, sua segunda biografia, “Lampião” foi lançada em Sergipe, por Ranulfo Prata (MELLO, 2018). Ranulfo descreve em sua obra que Virgulino era um homem “sátiro, dominado de supersexualismo, denunciador de desequilíbrio somático evidente” (BARREIRAS APUD PRATA, p. 30, 2017).

O Capitão Virgulino representava para o sertanejo, aquele que conseguiu driblar as dificuldades advindas das penosas secas, lutar contra as injustiças praticadas pelos “coronéis”, seus jagunços e truculência da polícia, conforme cita Graciliano Ramos:

A parte mais forte da nossa população rural está com Lampião — os indivíduos que dormem montados a cavalo, os que suportam as secas alimentados com raiz de imbu e caroços de mucunã, os que não trabalham porque não têm onde trabalhar, vivem nas brenhas, como bichos, ignorados pela gente do litoral (RAMOS, 2014, p. 42).

Lampião aplicava o seu próprio código de honra, vingança e violência do sertão (Domingues, 2017), e na fragilidade da lei, se fazia mais poderoso que as forças do Estado.

Os ataques de Lampião tinham como característica a máxima eficiência, não havia desperdício de balas e os objetivos eram traçados claramente. Não se trocava tiros à toa e caso a operação desse indícios de insucesso, era abortada de imediato. Zelava em suas estratégias a integridade do seu grupo, não se envolvia em confrontos em inferioridade tática, nem combates de campo aberto (BARREIRA, 2018).

Durante os anos como “governador do sertão” como era chamado (BARREIRA, 2018, p. 17), utilizava itens de luxo e uma indumentária colorida que passou a ser símbolo e umas das características mais fortes do cangaço, conforme explica Mello (2015).

Habitando um meio cinzento e pobre, o cangaceiro vestiu-se de cor e riqueza. Satisfez seu anseio de arte - a um tempo, de conforme místico - dando vazão aos motivos profundos do arcaico brasileiro. E viveu sem lei nem rei em nossos dias, depois de varar cinco séculos de história. Foi o último a fazê-lo com tanto orgulho. Com tanta cor. Com tanta festa. E com herança visual tão expressiva. (MELLO, 2015, p.194)

No dia 27 de julho de 1938, após anos de incessante perseguição por parte da Volante, grupo de soldados especializados na busca de cangaceiros, Lampião, Maria Bonita, Quinta-Feira, Luís Pedro, Mergulhão, Elétrico, Caixa de Fosfóro, Enedina, Cajarana, Diferente e outro cangaceiro não reconhecido foram mortos e decapitados em uma emboscada na Grota de Angicos, sertão do Sergipe (MELLO, 2018).

O que, na teoria, seria o fim do mais famoso bandido da época, foi na verdade apenas mais um capítulo da construção do mito que Lampião representa até hoje.

7. CABEÇA DE LAMPIÃO: OBJETO CIENTÍFICO

As práticas de decapitação, profanação de cadáveres e exposição já ocorriam no Brasil, antes dos anos 1930. Um dos casos mais emblemáticos da prática aconteceu em novembro de 1695, quando desmontado o quilombo dos Palmares, o líder Zumbi, foi assassinado e decapitado a fim de sua cabeça ser exposta, como símbolo do fim definitivo do quilombo (JASMIN, 2016).

Um dos mais conhecidos casos, senão o mais conhecido é o de Tiradentes, que foi enforcado no Rio de Janeiro e esquartejado, para que as partes de seu corpo fossem espalhadas por Minas Gerais e a sua cabeça exposta na cidade de Ouro Preto, então capital do estado.

No fim do século XIX, a decapitação passou a ser mais comum para a utilização dos membros para estudos científicos antropométricos. A antropometria é um método que consiste em medir partes do corpo, essa técnica foi amplamente utilizada por Cesare Lombroso (1835-1909), que desenvolveu sua teoria de antropologia criminal baseada nas medidas do crânio, cérebro e traços do rosto. Por essas medidas, acreditava-se ser possível identificar um delinquente (JASMIN, 2016).

A antropologia criminal teve influência determinante no Brasil, Nina Rodrigues, um de seus discípulos instituiu a disciplina de medicina legal como disciplina autônoma nos cursos de direito e medicina permitindo que em 1920, surgisse uma escola nascida das teorias lombrosianas: a biotipologia, que contou com Dr. Lajes Filho e Dr. Estácio de Lima (JASMIN, 2016).

Para fins “antropométricos” temos como exemplo a degola do bandido Lucas da Feira. Escravo negro fugido, nascido na Bahia, foi acusado de ter cometido diversos crimes, além de ter assassinado mais de vinte pessoas (RODRIGUES, 2015). Lucas foi enforcado na cidade de Feira de Santana, em 1849 e, em 1854 (cinco anos após sua morte), seu corpo foi desenterrado e sua cabeça decapitada para que essa fosse enviada para a Faculdade de Medicina da Bahia e fosse submetida aos estudos de Nina Rodrigues e depois exposta no Museu de Antropologia Criminal até 1905 (JASMIN, 2016).

Outro episódio aconteceu com a repressão ao movimento messiânico de Canudos, uma comunidade que se estabeleceu no interior da Bahia, liderada por Antônio Conselheiro. Segundo relatos e os registros feitos pelo fotógrafo Flávio de Barros, não houve nenhum episódio de decapitação, por mais que os soldados tenham dizimado vários indivíduos da população civil em nome da “civilização” e do “progresso”, os cadáveres estavam “inteiros” (JASMIN, 2016). Exceto no caso de Antônio Conselheiro, que morreu e foi enterrado por seus fiéis, semanas antes do ataque final e desenterrado e decapitado, conforme narra Euclides da Cunha:

Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa – único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! – faziam-se mister os máximos resguardos para que não se desarticulasse ou deformasse, reduzindo-se a uma massa angulhenta de tecidos decompostos.

Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava afinal extinto aquele terrívelíssimo antagonista.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita - e como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores.

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra (CUNHA, p. 579, 2011).

Além da morte do indivíduo, era necessário que se comprovasse o fim do que ele representava. Assim como aconteceu com Antonio Conselheiro, no caso de Canudos, a morte de Lampião também deveria comprovar não só a morte do mais famoso cangaço, mas também destruir o mito e comprovar o fim definitivo do cangaço.

Para isso, as autoridades promoveram um cortejo de cabeças pelo Nordeste, como troféus macabros, que foram expostas e fotografadas nas escadarias do município de Piranhas, Alagoas.

Depois da decapitação dos 11 mortos, as cabeças foram levadas para Piranhas e foram fotografadas nos degraus da antiga escada existente, naqueles tempos, no prédio da prefeitura (modificada para uma disposição diferente nos dias atuais). Depois as cabeças foram colocadas em latas, das utilizadas originalmente para querosene, nas quais colocaram formol em quantidade que mal deu para as cabeças do 'Rei' e da 'Rainha'. As outras foram colocadas em álcool ou água com sal, no primeiro momento, e depois, já na capital alagoana, foram deixadas aos cuidados do dr. José Lages Filho, diretor do Serviço Médico-Legal de Maceió (ARAÚJO, 2011, p. 245 apud BRITTO, 2018, p. 2017).

De troféu as cabeças e curiosidade pública, passaram a ser objeto de estudo, quando no dia 31 de julho de 1938, o professor Lages Filho, médico-legista de Maceió, adepto dos ensinamentos de Cesare Lombroso, realizou exames antropométricos destinados a procurar indícios antropométricos que justificassem a degenerescência de Lampião e seu bando.

Após o anúncio da degola do bando, diversos museus de antropologia criminal do Brasil e do mundo solicitaram a cabeça de Lampião e moldes para a realização de análises.

Inclusive, dentro do quadro de laços de colaboração entre o regime Nazista e o governo Vargas, foi recebida uma solicitação do Instituto Guilherme II, em Berlim, conhecido como referência nos estudos dos cérebros de gênios e criminosos, mas esse pedido ficou sem resposta. Entendia-se que as cabeças pertenciam ao Brasil e deveriam ficar expostas aqui para demonstrar a vitória sobre o cangaço (JASMIN, 2016).

Como as cabeças passaram quatro dias sem os devidos cuidados de conservação, chegaram até Maceió já em estado de decomposição, a análise "minuciosa" antropométrica ficou comprometida, mesmo assim, foram submetidas aos exames (JASMIN, 2016).

Conforme Jasmin (2016), a primeira cabeça estudada por Lages Filho, foi a de Maria Bonita, Lages também apreciou os bonitos traços da companheira do Capitão Virgulino, dizendo inclusive que o apelido dado a ela após a morte não merecia ser desmentido.

Referente à cabeça de Lampião, o relatório apresentado à imprensa da época, descreve a cor da pele, amarelo-escura, um aspecto "selvagem" no rosto e características típicas do sertanejo, porém tanto nas medidas antropométricas de Maria, tanto nas de Lampião, não foram identificados sinais de "tendência criminosa" (JASMIN, 2016), conforme descreve:

"Em resumo, embora presentes alguns estigmas físicos na cabeça de Lampião (...), faltam deformações e outros sinais aos quais tanta importância emprestava caracterização do criminoso nato". (FRANÇA, 1996)

Durante os quase trinta de anos em poder do Instituto Médico Legal de Maceió e posteriormente do Instituto Médico Legal da Bahia, as cabeças foram submetidas a uma única autópsia. Mesmo sendo comprovado o mau estado de conservação e a ausência de características do “criminoso nato” as cabeças continuaram “à disposição” de novos estudos e do olhar de curiosos (JASMIN, 2016).

9. DE OBJETO CIENTÍFICO A OBJETO DE MUSEU

O assassinato de Lampião e seus companheiros no dia 28 de julho de 1938, não significava que a história teria fim naquele ato. A degola e a exposição das cabeças tinham como intuito estabelecer uma imagem viva da morte.

Era necessário fazer dos vencidos o objeto do espetáculo da repressão, Lampião e seus cangaceiros tinham criado um estado de desequilíbrio em toda a sociedade brasileira; seu reinado de terror e violência no sertão levou as autoridades policiais a empregar os mesmos códigos de violência exemplar que os deles. A exemplo dos suplícios e sevícias corporais que outrora se infligiam aos vencidos, as autoridades policiais fizeram publicamente do corpo dos cangaceiros os troféus macabros de uma guerra sem trégua da qual a população sertaneja e também a opinião pública iriam ser testemunhas. As cabeças dos cangaceiros mortos pelas Forças Volantes deviam ser “vistas”, e com isso a própria prática de sua decapitação devia ser aceita pela população do sertão, constantemente acusada de apoiar o banditismo nessa região ou de insistir em acreditar que os cangaceiros eram invencíveis (JASMIN, 2016, p. 287).

Após as análises de Lages Filho em Maceió, as cabeças foram transferidas para a Bahia, passando à responsabilidade de Estácio de Lima, a transferência para o Instituto Nina Rodrigues era significativa, não só pelo viés lombrosiano do professor Estácio, mas também pelas cabeças que ali tinham sido expostas antes do incêndio de 1905, de Lucas da Feira e de Antonio Conselheiro. Lampião juntamente com o “acervo perdido”, era a representação da “alteridade extrema” (JASMIN, 2016, p. 335).

Em sua obra *O Mundo Estranho dos Cangaceiros*, publicada em 1965, Estácio de Lima, evocando o incêndio de 1905, lamentava o desaparecimento das cabeças, que equivalia ao desaparecimento de caráter antropológico” que ele gostaria de poder comparar com a de 1938 (LIMA, 1965 apud JASMIN, 2016, p. 335).

Além de estar fortemente ligado ao universo médico-legal, Estácio também possuía um elo com as belas-artes. Demonstrava preocupação com a “estética” das “peças” e dos “objetos”,

gostaria que esses demonstrassem a “beleza”, como por exemplo a cabeça de Corisco ou de Maria Bonita (JASMIN, 2016).

É interessante perceber que a decapitação transformou despojos mortais, em “peças” e não passaram mais a serem encaradas como pedaços de cadáveres e sim como “objetos” de museu, tirando totalmente o caráter humano delas.

Apesar dos esforços do professor Estácio de Lima, as técnicas de mumificação não garantiram a preservação total das “peças”, por exemplo, a cabeça de Lampião já não era completamente “verdadeira”, pois foi restaurada com cabelos de terceiros, os globos oculares também foram trocados e foram inseridas peles de outros cadáveres para restaurar o nariz e o lábio superior. Como uma das peles utilizadas para realizar o restauro era de um negro, foi-se necessária a pintura para unificar a cor da pele e dissimular os sinais de restauração. Se durante a vida havia a dúvida com relação a cor da pele de Lampião, diante de sua cabeça reconstituída não havia dúvida: ele era completamente negro (JASMIN, 2016).

Por mais que as cabeças de Lampião e Maria estivessem em situação de decomposição, a cabeça de Corisco, conhecido como Diabo Louro, se encontrava num estágio ainda mais avançado. Após ter sido assassinado em Jeremoabo, na Bahia, Corisco foi enterrado e, dez dias depois, teve o corpo exumado e a cabeça cortada para ser enviada ao Museu Nina Rodrigues. Em virtude das chuvas e do forte calor que fizera nos dias que o corpo esteve enterrado, a cabeça sofreu saponificação, ou seja, desenvolveu uma cera cadavérica, aderindo um aspecto pavoroso.

As manifestações contrárias à exposição ocorreram desde os primeiros anos de exibição, pois se questionava a profanação de cadáveres (vilipendiação), condenada pelo artigo 212, do Código Penal.

Na década de 1950, jornalistas se opuseram a manutenção das cabeças para exposição e algumas famílias dos cangaceiros seguiam na tentativa de sepultamento dos restos mortais de seus familiares. Uma campanha pelo sepultamento das cabeças, ocorrida em 1959, teve como aliados figuras ilustres, a exemplo do deputado por Pernambuco e líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Francisco, chocado com o que vira em visita ao museu Nina Rodrigues, se tornou um dos maiores defensores do enterro das cabeças que ficavam expostas. Segundo ele, era necessário haver respeito a Lampião, considerando que ele era uma figura histórica e um “símbolo de resistência” (NEGREIROS, 2018).

A propósito, o médico Estácio de Lima, utilizava do mesmo argumento para defender a permanência das cabeças no museu, se recusava a perder as “peças”, e declarava que essas eram “um valioso patrimônio cultural” do Estado e significavam “um protesto histórico contra as

injustiças que engendram os cangaceiros” e que a missão cultural do museu era de preservação do patrimônio do Brasil. (NEGREIROS, 2018).

Sepultar as cabeças, significaria aos olhos de Estácio, uma “ameaça à cultura de nossa terra” (BARBOSA, 1959 apud JASMIN, 2016, p. 338), e as “peças” não eram meramente “cabeças”, possuíam enorme valor científico e histórico, e deveriam ser consideradas como elementos do patrimônio do Brasil.

Em janeiro de 1969, o filho de Corisco e Dadá, Sílvio Hermano Bulhões, acusou judicialmente o Museu Nina Rodrigues de armazenamento inadequado, alegou inclusive que partes das orelhas e olhos da cabeça de seu pai, haviam sido comidas por ratos e que o Museu se recusava devolver a cabeça para a família. Um mês após a denúncia o governador da Bahia, Luiz Viana Filho, determinou que todas as cabeças dos cangaceiros em posse do Nina Rodrigues fossem enterradas. No dia 6 de fevereiro de 1969, foram transportadas do Instituto Médico Legal, até o cemitério Quinta dos Lázarus, onde foram sepultadas, ou seja, mais de 30 anos após as suas mortes (NEGREIROS, 2018).

Após 1969, as cabeças foram substituídas por fotografias que demonstravam exatamente com essas estavam dispostas no Museu, com a explicação: “Estas cabeças foram expostas neste instituto para servir a ciência e a antropologia do cangaço” (JASMIN, 2016, p. 339).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência cumpriu seu papel, procurou e não achou os sinais que comprovassem que os inimigos do fim do século XIX (Antonio Conselheiro) e do começo do século XX, (Lampião) eram “criminosos natos”.

Nina Rodrigues, assim como Lages Filho e Estácio de Lima procuram na anatomia as motivações dos crimes dos cangaceiros e ignoram as injustiças e as condições do Nordeste da época que propiciaram o nascimento tanto da comunidade de Canudos, como o surgimento do cangaço.

Mas diferente de Antonio Conselheiro, Lampião não fora decapitado por soldados do litoral ou do Sul do país em missão, foi decapitado por um sertanejo, um semelhante. É importante que ressaltar que a prática de degola não era comum entre os moradores do sertão, que em sua maioria eram devotos do catolicismo e acreditavam que a profanação do corpo era inaceitável. Conforme salienta Jasmin: “[...] a fragmentação do corpo, a profanação do cadáver e a ausência de sepultura são sentidas como profundos sacrilégios no sertão, o que explica a indignação dos sertanejos diante da decapitação de Lampião.” (JASMIN, 2016, p. 298)

Embora os cangaceiros tenham espalhado o terror por meio de uma violência impiedosa, a degola das vítimas não era praticada por eles. O que se fazia, como estratégia, era a decapitação de mortos do próprio grupo. Para que os inimigos não conseguissem mensurar as baixas do bando, era comum que os cangaceiros carregassem com eles os corpos ou senão decapitassem a vítima, para impossibilitar a identificação. Inclusive, o próprio Lampião degolou o irmão, Livino Ferreira, para que a Volante não soubesse que conseguira elimina-lo (JASMIN, 2016).

Quem mais sofria com o cangaço, era a população sertaneja, que sofria abusos e violências por parte tanto da Volante quanto dos cangaceiros, mas mesmo assim criticaram a ação dos soldados, que além de decapitar, castraram Lampião, abusaram do corpo de Maria Bonita, que foi empalada com um galho de árvore e degolada viva (BARREIRA, 2018), saquearam os cadáveres levando uma considerável quantidade de ouro, deceparam suas mãos dos mortos a fim de se apossar dos anéis e deixaram seus corpos todos sem sepultura. Severino Barbosa, jornalista do jornal Diário de Pernambuco declarou:

“Deixar cadáveres sem sepultura é um castigo ou barbaridade? Lampião e seus cangaceiros eram criminosos. Deixando-os sem sepultura, corpos sem cabeças

lançados aos urubus, os policiais da batalha de Angico cometeram um dos mais tenebrosos crimes da história nordestina” (BARBOSA, 1959 apud JASMIN, 2016, p. 242).

Tenente Bezerra tentou justificar o ato da degola alegando que “as cabeças eram o documento autêntico que Lampião tinha morrido, evitando que se negasse esse fato com o aparecimento de outros grupos usando o vulgo do famigerado” (BEZERRA, 1983 apud BARREIRA, 2018).

Assim como Lampião utilizava das jóias e das riquezas dos vencidos, como gesto de apropriação de símbolos de poder, a decapitação seguida do cortejo era uma demonstração de que se o que Lampião possuía de mais “valioso” era o seu “corpo fechado” (JASMIN, 2016, p. 308) , ali estava a prova de que ele não era invencível e que seu corpo tinha sido finalmente domado.

Assim como aconteceu com a cabeça de Antonio Conselheiro, conforme narrou Euclides da Cunha em 1897: “Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra” (CUNHA, 2011, 579), se buscava naquele momento entender o cangaço não como um movimento social impulsionado por diversas injustiças, mas sim como fruto da junção de delinquentes mestiços, seguindo as teorias lombrosianas.

O que é digno de nota é que Cesare Lombroso (1983) pregava que medir as taras do criminoso por dados antropométricos, seriam necessárias para medir o castigo. Mas uma vez morto, o castigo de Lampião seria aplicado a quem? E se a Volante praticava atrocidades muito parecidas com as dos cangaceiros, por que só os cangaceiros foram considerados monstruosos dignos de exames antropométricos?

Mesmo submetendo as cabeças às análises antropométricas que não demonstravam resultados de degenerescência e mesmo se constatando que as cabeças estavam em avançado estado de decomposição, foi-se justificado que a finalidade de mantê-las a disposição de olhares curiosos era uma necessidade, visto que aquelas significavam “um patrimônio cultural do Nordeste e do Brasil”, segundo Estácio de Lima. (JASMIN, 2016, p. 338). E que o sepultamento dessas peças poderia ser comparado a pedir para que se sepultasse as múmias do Egito. (JASMIN, 2016).

A necessidade de se expor, mais parecia com a necessidade de se expor um troféu de guerra com o intuito de demonstrar o poder o sucesso da repressão.

Assim, o Museu Estácio de Lima pôde durante anos reproduzir um projeto ideológico racista, primeiro com as cabeças do ex-escravo Lucas da Feira e de Antonio Conselheiro e mais

tarde com as 11 cabeças dos cangaceiros, reunindo dessa forma os dois inimigos internos do “avanço” do Brasil: o negro e o sertanejo, sujeitos ditos como “inferiores” que ameaçavam a ordem do mundo e seu poder hegemônico.

A dupla penalidade aplicada aos corpos dos cangaceiros, primeiro com o assassinato, depois com a exposição de seus despojos mortais demonstram que a classe dominante branca possuía a autoimagem da perfeição, entendia que o sertanejo mestiço nada mais era do que pertencente do “mundo selvagem” e eram “exemplos” vivos dessa primitividade exótica. Logo, os cientistas possuíam o direito de explorar esse “Outro”. (GÓES, 2016)

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Antônio Amaury Correa de; BONFIM, Luiz Rubem. **Lampião e as cabeças cortadas**. Paulo Afonso, BA: Graf Tech, 2008.
- BARREIRAS, Wagner Gutierrez. **Lampião & Maria Bonita**: Uma história de amor e balas. São Paulo, 2018.
- BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**, art. 212. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRITTO, Clóvis Carvalho. **Mulheres a ferro e fogo**: Reflexões sobre a musealização do cangaço. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0049.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BRITTO, Clovis Carvalho. **Revisitando uma “coleção de cabeças”**: notas sobre a musealização de restos mortais do cangaço. Revista Sociedade e Cultural, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/54912/26194>. Acesso em: 19 dez. 2018.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. **O “Corisco Preto”**: Cangaço, Raça e Banditismo no Nordeste Brasileiro. Revista de História, São Paulo, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119973>. Acesso em: 18 dez. 2018.
- FRANÇA, WILLIAM. **Autópsia não foi definitiva**. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/13/brasil/25.html>. Acesso em: 12 fev. 2019
- GÓES, Luciano. **A tradução e Lombroso na obra de Nina Rodrigues**: o racismo como base estruturante da criminologia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- JASMIN, Élise. **Lampião: Senhor do Sertão**: Vidas e Morte de um Cangaceiro. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 2016.
- LOMBROSO, Cesare. **O homem criminoso**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983.
- MELLO. Frederico Pernambucano. **Guerreiro do sol**: violência e banditismo no nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.
- _____. **Estrelas de couro**: a estética do cangaço. 3ª ed. São Paulo: Escrituras, 2015.
- _____. **Apagando o Lampião**: Vida e Morte do Rei do Cangaço. São Paulo: Global, 2018.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: Sexo, Violência e mulheres no cangaço**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PACHECO, Maria Theresa de M. **A Medicina Legal na Bahia: início e evolução do ensino**. *Gazeta Médica da Bahia*, 77, Salvador, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/96>> Acesso em: 4 fev. 2019.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Ecologia do Cangaço**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004

PATO, Ana Mattos Porto. **A Morte como legado**. In: 26º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 2017, Campinas, SP. Anais [...]. Campinas, SP: [s. n.], 2017. Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/S03/26encontro_____PATO_Ana_Mattos_Porto.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018.

PORTELA, Fernando; BOJUNGA, Cláudia. **Lampião: O cangaceiro e o outro**. 1ª. ed. São Paulo: Traço Editora, 1982

RAMOS. Graciliano. **Cangaços**. Organização Thiago Mio Salla e Ieda lebensztayan, Record, 2014.

RODRIGUES, Marcela Franzen. **Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>> Acesso em: 4 fev. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____; Starling, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERRA, Ordep. **Sobre Psiquiatria, Candomblé e Museus**. Caderno CRH, Salvador, 2006. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18760>. Acesso em: 22 jan. 2019.

SILVA, Telma Camargo da. **Musealização de eventos críticos: análise da tensão entre múltiplas narrativas de dor**. 2010, Universidad Nacional de Rosario, Argentina, 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/4522077/Musealiza%C3%A7%C3%A3o_de_Eventos_Cr%C3%ADticos_An%C3%A1lise_da_Tens%C3%A3o_Entre_M%C3%BAltiplas_Narrativas_de_Dor.2012>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SOARES, Paulo Gil. **Vida, Paixão e Mortes de Corisco, o Diabo Louro**. Porto Alegre, L&PM, 1984.

TAVARES, Eraldo Ribeiro. **Cangaceiros e Devotos: religiosidade no movimento do cangaço (Nordeste brasileiro, 1900-1940)**. 2013. 100 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)- Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em:

<http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/5/TDE-2014-01-630/Publico/eraldo_ribeiro_tavares.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

23T174020Z-